

LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2009

ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS 523/1989 E 725/1995, CRIA AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ESPECÍFICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – A Lei 523/1989, em seu ANEXO I., título “QUADRO DE CARREIRA”, capítulo “QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO OU EMPREGO HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E LOTAÇÃO, CARGO OU EMPREGO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL”, item “1. ESCRITÓRIO E ADMINISTRAÇÃO”, subitem “1.6 – Administrador de Empresas, Habilitação Profissional”, passa a ter a seguinte redação:

Habilitação Profissional

Curso superior completo em Administração, registro no conselho de classe ou 1 ano de experiência em atividade similar.

Art. 2º – A Lei 523/1989, em seu ANEXO I., título “QUADRO DE CARREIRA”, do capítulo “QUADRO DE PROVIMENTO EFETIVO OU EMPREGO HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E LOTAÇÃO, CARGO OU EMPREGO E HABILITAÇÃO PROFISSIONAL”, ÍTEM “2. FINANÇAS”, subitem 2.4 – Fiscal de Tributos, passa a ter a seguinte redação:

Lotação 2 vagas

- uma vaga para executar atividades de fiscalização relativas às obrigações tributárias dos contribuintes do Município;
- uma vaga para executar atividades de fiscalização relativas às obrigações tributárias dos contribuintes e a fiscalização das obras em todo o território do Município; considerando a legislação vigente e aplicável, em especial o Plano Municipal Participativo, e suas normas regulamentadoras.

Art. 3º – Aos servidores ocupantes dos cargos de motorista, que estejam lotados na Secretaria Municipal de Saúde, e que transportem pacientes para outros Municípios, será concedido auxílio alimentação no valor de R\$ 15,00 (quinze reais), no dia em que entre o instante que o servidor sai da sede do Município para

outra cidade, e o seu retorno, ultrapassar o intervalo de 06 (seis) horas.

§1º - O pagamento do auxílio criado por este artigo será realizado mensalmente junto à folha de pagamento, devidamente discriminado.

§2º - O controle de horários dos servidores que fazem jus ao auxílio, será realizado pelo Secretário Municipal de Saúde, ou pessoa por ele designada, sendo de exclusiva responsabilidade daquele as informações prestadas.

§3º - A relação dos auxílios devidos deverá ser encaminhada até o dia 10 (dez) de cada mês ao Setor de Pessoal.

§4º - O auxílio criado por este artigo poderá ser cumulado com auxílio alimentação previsto em lei própria, para todos os servidores efetivos.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Angelina/SC, em 22 de Julho de 2009

Gilberto Orlando Dorigon
Prefeito Municipal